

EDITORIAL

O Museu ao Vivo abre espaço, nesta edição, para uma reflexão sobre a importância de uma política pública que garanta aos povos indígenas o acesso a direitos sociais e de cidadania.

O lançamento, em breve, da Biblioteca Virtual do Museu do Índio é mais uma iniciativa da instituição em prol da preservação da memória das culturas indígenas. Em sua primeira fase, a plataforma disponibiliza documentos de várias etnias que habitam as regiões do País com o maior número de conflitos territoriais.

Preparamos, também, para nossos leitores a fotogaleria SPI-Memória do Mundo. Os acessos via celular aos portais de notícias são os que mais crescem atualmente. O conteúdo é direcionado a essa plataforma móvel.

Boa leitura.

Comunicação Social/Museu do Índio



Índias Tembê trabalhando, foto Darcy Ribeiro/Acervo SPI

Biblioteca Virtual: documentação sobre terras e culturas indígenas mais perto do público (página 2)

ENTREVISTA

Direito e acesso dos índios à informação (página 3)

ACONTECE NO MUSEU

Espaço de leitura para crianças no Museu do Índio (página 4)



ISSN 1678-1309



9 771678 130122

Biblioteca Virtual: mais uma ferramenta para a garantia dos direitos indígenas

Para democratizar ainda mais a consulta a seus documentos, o Museu do Índio lança até o final de 2014, em seu sítio, a Biblioteca Multimídia Virtual e de Organização Virtual como nova ferramenta de apoio à pesquisa, tornando o acesso mais ágil e eficaz às informações sobre as ações do indigenismo brasileiro a partir do século XIX.

Com um importante acervo para a garantia dos direitos indígenas, a instituição consolidou-se – ao longo de seus 61 anos de história – como fonte de referência para estudos sobre as questões indígenas. Os pesquisadores, principalmente os indígenas, têm buscado, nos registros textuais do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, dados sobre as suas terras e culturas que garantam os seus direitos constitucionais como cidadãos brasileiros.

O acervo histórico guardado no Museu do Índio reúne os Fundos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI e correlatos: Comissão Rondon – CR, Fundação Brasil Central – FBC e Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI. São 195.737 documentos, cerca de 800 mil páginas – incluindo 24.107 imagens – que estarão disponíveis para consulta, na Biblioteca Virtual, até o final de 2015 por meio eletrônico.

O projeto prevê, ainda, a digitalização e a disponibilização de obras raras da Biblioteca Marechal Rondon (151.200 páginas), além de periódicos, dissertações e teses entre outros documentos (mais de dois milhões de páginas).

“A plataforma a ser lançada é mais uma ação do Museu do Índio em defesa e garantia dos direitos indígenas” _ explica o antropólogo José Carlos Levinho, Diretor do Museu do Índio. Questões como as de reconhecimento étnico e disputas judiciais envolvendo terras indígenas, em áreas de conflito, poderão ser melhor esclarecidas por meio do acesso a essa importante documentação. Hoje, é expressiva a demanda dos povos indígenas por esses registros. Segundo Levinho, essa leitura feita pelos



Índio karajá com labrete, foto Heinz Forthmann/Acervo SPI

próprios índios reflete a atual política pública que preza o fortalecimento da autonomia e autodeterminação desses grupos. A instituição atende, também, às demandas de outros setores da sociedade. Destaca-se, aqui, a entrega, recentemente, do relatório Figueiredo - totalmente digitalizado - à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados Federais, e à Comissão Nacional da Verdade.

MEMÓRIA VISUAL E TEXTUAL DAS AÇÕES DO SPI

No lançamento, o público já terá acesso a 61.396 documentos (320.742 páginas) relativos às atividades realizadas por quatro Inspeções Regionais do SPI no início do Século XX: IR-1 (Amazonas/Acre/Rondônia), IR-3 (Maranhão), IR-4 (Nordeste) e IR-5 (MT- atual Mato Grosso do Sul). Essas regiões constituem a área com o maior número de conflitos territoriais. Como exemplo de grupos que disputam a posse pela suas terras nesses locais, destaque para as etnias Maxakali, Pataxó, Kaiowá, entre outras.

As Inspeções Regionais eram unidades do SPI responsáveis, entre outras atribuições, pela proteção, educação e assistência dos índios em todo o País. No Rio de Janeiro, a sede abrigava a Seção de Estudo - SE,

a Seção de Orientação e Fiscalização - SOF e a Seção de Administração - SA.

A Biblioteca Virtual vai disponibilizar documentos como registros legais, demográficos, econômicos, sanitários e territoriais, assim como, mapas e textos integrais de cartas e relatórios oficiais, além de imagens fotográficas obtidas em expedições de trabalho. Uma viagem pelo cotidiano da vida indígena da época.

A aquisição tem, também, o intuito de suprir a limitação de armazenamento físico da biblioteca e do arquivo ao disponibilizar seus conteúdos remotamente. Os projetos de preservação digital, no caso do Museu do Índio, sob a responsabilidade da Coordenação de Patrimônio Cultural – COPAC, continuam a demandar uma parte significativa dos recursos das instituições culturais.

A tecnologia utilizada na Biblioteca Virtual, com pesquisa inteligente, resolve problemas no compartilhamento seguro das informações e elimina o risco de deterioração dos documentos, além de explicitar a complexa e conflituosa realidade vivenciada pelos povos indígenas.

PARA SABER MAIS

Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967) / Carlos Augusto da Rocha Freire (org). Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011.

FOTOGALERIA DO SPI – MEMÓRIA DO MUNDO



Utilize um leitor QR Code ou acesse: www.museudoindio.gov.br/divulgacao/noticias/840-spi-memoria-do-mundo

EM VIGOR DESDE O DIA 16 DE MAIO DE 2012, A LEI DO ACESSO À INFORMAÇÃO TEM O OBJETIVO DE GARANTIR AOS CIDADÃOS BRASILEIROS ACESSO AOS DADOS OFICIAIS DO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.

Entrevista do chefe do Núcleo de Biblioteca e Arquivo do Museu do Índio/FUNAI, Rodrigo Piquet Saboia de Mello, e da professora do curso de Arquivologia da UNIRIO, Rosale de Mattos Souza.

Museu ao Vivo – O que de positivo pode-se destacar até o momento em relação aos resultados que a sociedade tem alcançado com a chamada Lei de Acesso à Informação?

Rodrigo – A implementação da Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), significa um avanço no processo de democratização de acesso a dados públicos no Brasil. A cidadania no País adquire, a partir da regulamentação aos arquivos do Estado brasileiro, uma maior qualidade para o conhecimento de informações relativas, por exemplo, à temática indígena. Os acessos concedidos de informação no total é muito positivo, chegando a mais de 75% de atendimento realizado com sucesso. No que tange à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), é também muito satisfatório o atendimento ao cidadão. Em vigor desde 16 de maio de 2012, a LAI permitiu até o mês de agosto de 2014 responder a mais de 900 pedidos realizados ao órgão indigenista. Tal fato significa uma preocupação da instituição com o atendimento das demandas da sociedade civil, além de cumprir a finalidade institucional da FUNAI - a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas.

MV – Do seu ponto de vista, o que significa, para o Brasil, a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação em relação aos povos indígenas?

Rodrigo – A Lei de Acesso à Informa-



Professora Rosale de Mattos Souza e Rodrigo Piquet Saboia de Mello

ção significa uma melhoria para os povos indígenas. Isso porque - com a implementação da LAI - há uma dinamização da participação indígena, demandando informações das mais diversas áreas de interesses de parcelas da sociedade excluídas historicamente do processo decisório do Estado brasileiro. Ainda é possível mencionar algumas iniciativas que a FUNAI tem adotado, nos últimos anos, no sentido de oferecer uma maior transparência em seus repositórios. Primeiro, destaco a instituição da Política de Gestão Documental, em 2013, que permitirá uma gestão mais racional dos arquivos produzidos no âmbito da FUNAI. Outro elemento de destaque é o processo que ocorre de digitalização dos acervos históricos do Museu do Índio, com destaque para o fundo Serviço de Proteção aos Índios - SPI. Este trabalho representará para os povos indígenas o acesso remoto à documentação produzida pelo Estado brasileiro, em todo o século XX, no trato com a questão indígena.

MV – Quais as perspectivas que a senhora pode assinalar em relação ao futuro da LAI e ao processo de de-

ocratização do acesso à informação no País?

Rosale – O atendimento às demandas de informação vem tendo uma especial atenção por parte das diversas instâncias de poder no País. A Controladoria Geral da União – CGU monitora, de forma presencial ou eletrônica, os serviços de atendimento ao cidadão. Os arquivos públicos, inclusive o Arquivo Nacional, também têm importante papel na cultura da transparência por meio da Gestão de Documentos, respeitando os prazos de sigilo e acesso da LAI na divulgação de acervos de interesse público e social, como os documentos do regime militar no Brasil. Na LAI, procura-se implantar uma cultura e uma prática em que o sigilo seja a exceção; na qual os prazos são: (a) documentos ultra-secretos, 25 anos renováveis por mais 25 anos; (b) documentos secretos, 15 anos; (c) documentos reservados, 5 anos, com o término do grau de sigilo confidencial. Nesse processo em curso, o interesse social vem sobrepujando o direito à privacidade, assim o Estado presta contas à sociedade civil e o cidadão exercita a cidadania.

Público infantil ganha espaço de incentivo à leitura na biblioteca do Museu do Índio

Uma nova sala da Biblioteca Marechal Rondon está fazendo sucesso entre os leitores mirins. Inaugurada este ano, o espaço é mais do que um local de leitura. Ali, as crianças encontram, além de inúmeras publicações com temática indígena, uma programação dinâmica e variada visando despertar o interesse dos visitantes pelo assunto.

A atração desta temporada é a mostra de autores indígenas "A Floresta de Livros", realizada pelo Museu do Índio em parceria com o Departamento Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Trata-se de uma pequena



exposição da produção escrita dos índios. Algumas publicações são em língua indígena ou em Português. Outras são bilíngues.

Ashaninka – O poder da beleza

A mostra, aberta ao público no Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto), apresenta, a partir de mitos, fotos e objetos de usos ritual e cotidiano, a riqueza da cultura desse povo que habita a região de fronteira com o Peru no Acre.

Como quem passeia por uma aldeia Ashaninka, o público, ao percorrer a exposição, compreende o significado da arte e do modo de vida desse povo. O trabalho realizado em parceria direta com os índios é uma das prioridades da iniciativa, que tem como objetivos a documentação e a divulgação da cultura material indígena. A curadoria é assinada pelos pesquisadores Peter Beysen e Sonja Ferson.

Biblioteca Marechal Rondon

As 15.121 obras que compõem o seu acervo incluem um conjunto relevante de publicações raras e coleções completas de importantes periódicos. Estão também à disposição para consulta vídeos sobre povos indígenas e política indigenista.

A informatização do material, iniciada em 1997, permite acesso dos internautas a Base de Dados da instituição.

A Biblioteca Marechal Rondon fica aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 9h às 17horas.



FOTO SONJA FERSON

Museu ao Vivo nº41

Ano 26 - número 41
Outubro de 2013 a Outubro de 2014

Informativo do Museu do Índio/FUNAI
Editado pela Comunicação Social do Museu do Índio/
Serviço de Gabinete

Presidenta da República: Dilma Rousseff • Ministro da Justiça: José Eduardo Cardoso • Presidente interino da FUNAI: Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo • Diretor do Museu do Índio: José Carlos Levinho • Chefe de Gabinete: Arilza de Almeida • Redação/Revisão: Cristina de Jesus Botelho Brandão (Reg. Prof. RJ 15633 JP), Denise Saltarelli (Reg. Prof. RJ 2866), Rosângela de Oliveira Abrahão (Reg. Prof. RJ 16125 JP) e Marta Gontijo • Fotos: Acervo SPI/Museu do Índio, Cristina Botelho e Denise Saltarelli • Tiragem: 7 mil exemplares • Rua das Palmeiras 55 Botafogo – 22270-070 Rio de Janeiro RJ – Telefone (21) 3214-8705
comunicacao@museudoindio.gov.br – www.museudoindio.gov.br
Museu ao Vivo não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias e/ou artigos assinados.



Ministério da
Justiça

Impresso

Nº Contrato 9912282223 DR/RJ
MUSEU DO ÍNDIO

CORREIOS